

MODELO DE GOVERNO

Nos termos dos Estatutos do ML, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho¹, na sua redação atual, são órgãos sociais desta Empresa: O Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo. Nos termos dos Estatutos não existe Assembleia Geral.

Os artigos 3.º a 10.º dos Estatutos regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração da empresa, com atualização no preceituado Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

As delegações de competências nos responsáveis dos órgãos diretamente dependentes do Conselho de Administração do ML são determinadas por deliberação do CA, incluindo a faculdade de subdelegação.

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos do ML, o Conselho de Administração delegou nos Diretores dos órgãos dele diretamente dependentes que integram a estrutura orgânica da Empresa nos termos do disposto no art.º 109.º do Código dos Contratos Públicos, os poderes para autorizar a despesa, formação, celebração e execução dos contratos públicos, e assinar notas de encomenda conforme consta na Deliberação n.º 1445955, RCA 1930-11, de 01 de março de 2019.

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração do ML são nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área do respetivo setor de atividade, tendo em conta o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2022, de 26 de maio, que procedeu à delegação de competências para designação e exoneração dos membros dos órgãos de administração e dos órgãos diretivos das entidades públicas empresariais do setor público empresarial e das entidades do setor público administrativo.

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa é composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais, nomeados por resolução do Conselho de Ministros (cf. n.º 1 do artigo 4.º dos seus Estatutos, na sua redação atual). Por deliberação do Conselho de Administração podem ser indicados três membros executivos do conselho de administração para integrarem uma comissão executiva, a qual é presidida pelo presidente do Conselho de Administração, sendo os restantes membros do conselho de administração não executivos (cf. n.º 2 do artigo 4.º dos seus Estatutos).

O Presidente do Conselho de Administração, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo vice-presidente, ou, nas faltas ou impedimentos deste, pelo vogal indicado para esse efeito (cf. n.º 3 do artigo 4.º dos seus Estatutos na sua redação atual).

O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações (cf. Artigo 5.º dos seus Estatutos). Contudo, embora designados por prazo certo, os administradores deverão manter-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia. O n.º 3 deste artigo refere ainda que *“Faltando definitivamente um administrador, o mesmo deve ser substituído, exercendo o novo membro funções até ao fim do período para o qual foram designados os membros em exercício.”*

¹ O Decreto-Lei n.º 124/2025, de 25 de novembro altera, a partir de 26 de novembro de 2025, o artigo 4.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE publicados no anexo i ao Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

- **CONSELHO FISCAL**

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, a fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente (cf. n.º 2 do artigo 13.º).

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes (cf. n.º 3 do artigo 13.º).

- **REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)**

De acordo com o n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, o Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

- **CONSELHO CONSULTIVO²**

No que toca às competências do Conselho Consultivo, o artigo 16.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, refere que lhe compete apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual e o relatório de atividades; pronunciar-se sobre a expansão das linhas de metropolitano existentes e sobre a instalação e a exploração de novas linhas de metropolitano; emitir recomendações tendo em vista a melhoria da prestação do serviço público de transporte por metropolitano e pronunciar-se sobre outros assuntos, relacionados com a atividade do Metropolitano de Lisboa, que lhe sejam submetidos pelo presidente, pela maioria dos seus membros, ou cuja apreciação seja solicitada pelo conselho de administração.

O artigo 15.º dos estatutos o Conselho Consultivo é composto por:

- a) Dois representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- b) Um representante indicado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP;
- c) Um representante indicado pela Área Metropolitana de Lisboa;
- d) Um representante indicado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- e) Um representante indicado por cada uma das câmaras municipais onde se situe a rede de transporte público do ML, EPE;
- f) Um representante eleito pelos trabalhadores do ML, EPE;
- g) O provedor do Metropolitano de Lisboa;
- h) Um representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP;
- i) Um representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

O conselho consultivo é presidido pelo representante dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes que para tal seja designado, no respetivo despacho conjunto de nomeação, sendo o seu mandato de três anos, o qual deverá reunir pelo menos duas vezes por ano e as suas deliberações são tomadas por maioria simples, tendo o presidente voto de qualidade.

² A nomeação de uma Comissão Executiva é uma faculdade do Conselho de Administração, a sua constituição não é, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos do ML, obrigatória. O atual Conselho de Administração não nomeou uma Comissão Executiva.

O exercício do cargo de membro do conselho consultivo não é remunerado, sem prejuízo do pagamento de ajudas de custo, se forem devidas, as quais são suportadas pelas entidades públicas que designaram os seus representantes e, nos restantes casos, pelo ML, EPE.

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

Sendo o ML uma Entidade Pública Empresarial, o capital é 100% estatutário, não existindo ações.

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA o capital estatutário “é detido integralmente pelo Estado e destina-se a responder às necessidades permanentes da Empresa.” O n.º 2 do mesmo artigo refere que “o capital estatutário é aumentado ou reduzido mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.”

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2025/07/RGS2024_2025_06_26_vf_signed.pdf

ÓRGÃOS SOCIAIS

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração em funções desde 01 de janeiro de 2026

O atual Conselho de Administração, para o triénio 2026-2028, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 213/2025, publicado no Diário da República de 26 de dezembro de 2025, entrando em funções em 01 de janeiro de 2026.

Quadro 1 – Identificação dos membros do Conselho de Administração – Mandato 2026-2028

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2026-2028	Presidente	Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé	RCM n.º 213/2025	26/dez/2025
2026-2028	Vice-Presidente	Dr. Pedro Miguel Naves Folgado	RCM n.º 213/2025	26/dez/2025
2026-2028	Vogal	Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir	RCM n.º 213/2025	26/dez/2025
2026-2028	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	RCM n.º 213/2025	26/dez/2025
2026-2028	Vogal	Eng.º Bruno Manuel Curto Marques	RCM n.º 213/2025	26/dez/2025

Conselho de Administração em funções entre 13 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2025

O Conselho de Administração, para o mandato 2022-2024, foi nomeado pelo Despacho 9167/2022 dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2.ª Série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), entrando em funções em 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto de 2023, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro (DR 2.ª Série – n.º 153, de 8 de agosto de 2023), foi designada para o cargo de vogal do conselho de administração da Metropolitano de Lisboa, EPE, para completar o mandato 2022-2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Na decorrência do falecimento do Senhor Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos, em junho de 2024, o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa é constituído, presentemente, pelos Vogais Eng.ª. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos, Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva e Dra. Sónia Alexandra Martins Páscoa.

Quadro 2 – Identificação dos membros do Conselho de Administração – Mandato 2022-2024

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2022-2024	Presidente	Eng. Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Despacho n.º 9167/2022	27/jul/2022
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Despacho n.º 9167/2022	27/jul/2022
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Despacho n.º 9167/2022	27/jul/2022
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	Despacho n.º 8113/2023	25/jul/2023

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [-] / [5]

Legenda: (1) O/D - Origem/Destino

(2) Conforme disposto nos Estatutos do ML em vigor, aprovados pelo D.L. n.º 148-A/2009, de 26 de junho, em sequência do óbito do Sr. Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos, que cessa as suas funções enquanto Presidente do Metropolitano de Lisboa, em reunião de Conselho de Administração de 26 de junho de 2024, a VCA/ Eng.ª Maria Helena Arranhado Campos mantém-se no exercício das competências inerentes ao cargo de Presidente do CA, em substituição do titular, nos termos conjugados do disposto na deliberação n.º 1730735 de 10.08.2023 e do n.º 3 do artigo 4.º dos Estatutos do ML em vigor.

• CONSELHO FISCAL

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023, entrando em funções na data da designação.

Quadro 3 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal – Mandato 2023-2025

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	D.C. SETF e SEAMB	25/out/2023
2023-2025	Vogal efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	D.C. SETF e SEAMB	25/out/2023
2023-2025	Vogal efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueira Alves Carvalho	D.C. SETF e SEAMB	25/out/2023
2023-2025	Vogal suplente	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	D.C. SETF e SEAMB	25/out/2023

• REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2023-2025 pelo Despacho Conjunto do Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de outubro de 2023, entrando em funções na data da assinatura do referido despacho.

Quadro 4 – Identificação do SROC/ROC – Mandato 2023-2025

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	Número	CMVM	Forma	Data
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda. representado por:	119	20161438	Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbano	3/out/2023
		Dr. João Amaro Santos Cipriano	631	20160277		
	ROC Suplente	Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, representada por:	235	20161528		
		Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	779	20160596		

• AUDITOR EXTERNO

No âmbito das competências do Conselho Fiscal³ do ML, é lançado concurso, de 3 em 3 anos, para a contratação de auditor externo. De acordo com o disposto no artigo 6º da Lei n.º 99-A/2021, que altera o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, constitui atribuição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a supervisão pública de ROC, de SROC, de auditores e de entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros, dos seus sócios e membros dos órgãos sociais, nos termos previstos no presente regime jurídico e demais disposições legais aplicáveis (alteração do n.º 1, artigo 4.º da Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro).

Quadro 5 – Identificação Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA	104	20161426	27/12/2023	3 anos	1	1
Dr. Pedro Alexandre Morais dos Santos	1865	20180006				

O n.º 1 do artigo 50.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) estabelece que deve ser assegurada a independência do ROC/SROC (em funções de auditoria externa ou de revisão legal de contas) relativamente aos membros executivos do órgão de administração da entidade auditada, pelo que, nesta medida, compete ao órgão de fiscalização propor ao Conselho de Administração a sua contratação.

Os serviços de auditor externo são efetuados por concurso ou por convite a uma ou a várias empresas. No exercício de 2023, foi enviado convite através de email em 27 de setembro a seis SROC, conforme deliberação do Conselho fiscal (CF) do ML de 11 de setembro de 2023, registada em ata n.º 185. A carta convite considerava a apresentação de propostas para a prestação de serviços de auditoria externa para o triénio 2023-2025, tendo como prazo limite as 23:59 horas do dia 09 de outubro de 2023, prazo esse alargado para o dia 13 de outubro na sequência de um pedido de esclarecimento por parte de uma das entidades convidadas. No seguimento do presente procedimento de contratação, o CF apresentou no dia 16 de outubro ao Conselho de Administração o Relatório Final com apenas 1 opção de adjudicação, o qual deliberou autorizar a adjudicação da presente prestação de serviços à Kreston & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda., para o período correspondente ao mandato 2023-2025, pelo montante global de € 100.113,00 (cem mil, cento e treze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos aduzidos pela Direção de Logística (DLO).

³ O n.º 1 do artigo 50.º do EOROC estabelece que deve ser assegurada a independência do ROC/SROC (em funções de auditoria externa ou de revisão legal das contas) relativamente aos membros executivos do órgão de administração da entidade auditada, pelo que, nesta medida, compete ao órgão de fiscalização propor ao Conselho de Administração a sua contratação.

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

A remuneração dos administradores do METROPOLITANO DE LISBOA resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

Quadro 6 – Competência para a determinação das remunerações

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Despacho conjunto dos membros do Governo da Tutela
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	Não aplicável. Não existe comissão executiva
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Quadro 7 – Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal líquido: 4.962,48 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.984,99 €, pago 12 vezes por ano;
Vogais	Valor mensal líquido: 3.969,98 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.587,99 €, pago 12 vezes por ano.

Quadro 8 – Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal ²

Conselho Fiscal	
Presidente	Valor mensal líquido de 1.462,34 €, pagos 14 vezes por ano;
Vogais	Valor mensal líquido de 1.096,75 €, pagos 14 vezes por ano.

A remuneração anual líquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o METRO e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cumprindo com o estabelecido nos artigos 58º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro 9 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração – Ano 2024

Membro do CA	Remuneração Anual Auferida – 2024 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	60 717,05	0,00	60 717,05	2 927,00	57 790,05
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos *	78 969,58	0,00	78 969,58	3 948,55	75 021,03
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	78 563,86	0,00	78 563,86	3 719,31	74 844,55
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	78 563,86	0,00	78 563,86	3 719,31	74 844,55
			296 814,35	14 314,17	282 500,18

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

* A diferença do valor bruto refere-se a subsídio de férias gozadas fora da época normal, conforme cláusula 13.ª do IRCT

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00.

Quadro 10 – Estatuto do Gestor Público – Ano 2023

Membro do CA	Remuneração mensal fixada – EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€) ⁽¹⁾	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4 962,48	1 984,99
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3 969,98	1 587,99
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	B	3 969,98	1 587,99
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	B	3 969,98	1 587,99

(1) Os valores de remuneração mensal bruta incluem a aplicação da redução de 5% do vencimento mensal ilíquido dos gestores públicos executivos, conforme disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal.

Quadro 11 – Benefícios sociais – Ano 2024

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identific	Encargo Anual			Identific	Valor
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues Santos	10,35	1 283,40	SS	14 219,92	428,75	0,00	Seguro acid. Trab.	492,70
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2 442,60	CGA	17 725,98	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	698,65
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	10,35	2 370,15	SS	18 589,73	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	698,04
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	10,35	2 163,15	SS	18 393,08	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	695,84
		8 259,30		68 928,71	3 136,67	0,00		2 585,23

NOTA: Nos valores anuais relativos ao Sr. Eng.º Vitor Domingues dos Santos estão incluídos os montantes pagos pela cessação do mandato devida ao óbito ocorrido em 22-06-2024.

- CONSELHO FISCAL

Quadro 12 – Remuneração anual – Ano 2024

Nome	Remuneração Anual auferida (bruta)
Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	20.472,72
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	15.354,60
Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	15.354,60
Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	0,00

- REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Quadro 13 – Remuneração anual – Ano 2024

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2024 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais – 2024 (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do serviço
João Cipriano & Associados, SROC, Lda.	28 600,00	Revisão Legal de Contas	0,00	-

Valores sem IVA

- AUDITOR EXTERNO

Quadro 14 – Remuneração anual do Auditor Externo – Ano 2024

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do serviço
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA	33 371,00	Serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas do exercício de 2024	0,00	-

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Conselho de Administração em funções desde 01 de janeiro de 2026

Eng.^a Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Presidente do Conselho de Administração

Direção de Comunicação

Direção de Clientes, Comercial e Marketing, no tocante ao Departamento de Marketing e Desenvolvimento do Negócio

Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*

Secretaria Geral

PARTICIPADAS:

- Presidente do Conselho de Administração da FERCONSULT, SA
- Presidente do Conselho de Administração da METROCOM, SA

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Substituto do Presidente, nas suas ausências e impedimentos

Direção de Capital Humano

Direção de Coordenação de Empreendimentos, no tocante aos órgãos de estrutura dependentes, com exceção da Direção de Serviços Técnicos e do Departamento de Gestão de Ativos

PARTICIPADAS:

- Administrador do Conselho de Administração da FERCONSULT, SA
- Administrador do Conselho de Administração da METROCOM, SA

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Vogal do Conselho de Administração

Substituto do Vice-Presidente, nas suas ausências e impedimentos

Direção Financeira

Direção de Clientes, Comercial e Marketing, no tocante ao Departamento de Cliente e Projetos, e ao Departamento de Gestão de Recursos, Controlo e Tarifário

Direção de Logística

PARTICIPADAS:

- Administrador do Conselho de Administração da FERCONSULT, SA
- Administrador do Conselho de Administração da METROCOM, SA

Dr.^a Sónia Alexandra Martins Páscoa

Vogal do Conselho de Administração

Direção de Segurança e Vigilância

Direção de Clientes, Comercial e Marketing, no tocante ao Núcleo de Fiscalização e Controlo de Fraude

Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável

Gabinete Jurídico e Contencioso

PARTICIPADAS:

- Administrador do Conselho de Administração da FERCONSULT, SA
- Administrador do Conselho de Administração da METROCOM, SA

Eng.º Bruno Manuel Curto Marques

Vogal do Conselho de Administração

Direção de Operação

Direção de Manutenção

Direção de Clientes, Comercial e Marketing, no tocante à Direção Técnica Comercial e Bilhética, ao Departamento de Planeamento, Controlo de Fraude e Apoio Técnico e ao Núcleo de Departamento de Recursos

Direção de Coordenação de Empreendimentos, no tocante à Direção de Serviços Técnicos e do Departamento de Gestão de Ativos

Direção de Tecnologias de Informação

PARTICIPADAS:

- Administrador do Conselho de Administração da FERCONSULT, SA
- Administrador do Conselho de Administração da METROCOM, SA

SÍNTESE CURRICULAR

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração em funções desde 01 de janeiro de 2026

Eng.ª Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé

Presidente do Conselho de Administração

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Industrial pela Universidade Nova de Lisboa (1992)

Formação complementar diversa: International Directors Program IDP56, INSEAD (2023); Crisis Management IMD (2023), Google Women in News Leadership Development Journey, INSEAD (2022); Corporate Governance, NOVASBE, (2017); Making Social Responsibility Work IESE Business School, Barcelona (2011)

MBA em Gestão Internacional, Católica-Lisbon School of Business & Economics (1999)

Atividade Profissional:

Desde junho.2025 – Deputada da Assembleia da República

2024 / 2025 – Secretária de Estado da Gestão da Saúde

2021 / 2023 – Membro do conselho de administração da EGTA - associação europeia de empresas de media privadas

2019 / 2022 – Chief Revenue Officer e administradora executiva do Grupo Impresa

2015 / 2019 – Administradora executiva (CFO) RTP - Rádio e Televisão de Portugal

Dez.2014 / Jan.2015 – Vogal do POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

2012 / 2014 – Vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical

1999 / 2012 – Senior Manager KPMG

1993 / 1999 – Engenheira de produção na AutoEuropa

Desde 2010 – Docente convidada de Ética Empresarial e Responsabilidade Social na Universidade Católica

Jan e Fev.2019 – Diretora executiva do The Lisbon MBA (parceria CLSBE, Nova SBE e MIT)

Dr. Pedro Miguel Naves Folgado

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Formação Académica:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública (2003)

Mestrado em Estratégia (2013)

Doutoramento em Estudos Estratégicos, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 2022.

Fez formação profissional diversa, destacando-se o FORGEP, pelo INA (2018), o curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), pela Fundação CEFA, 2015, o curso de Análise Estratégica, Geoeconomia e Prospetiva (2016) e o curso de Defesa Nacional (2025), ambos pelo Instituto da Defesa Nacional.

Atividade Profissional:

Desde 2023 – Professor Auxiliar Convidado no ISCSP e Assessor do Conselho de Administração da AICEP

2023 – Chefe de Departamento do Centro de Conhecimento da Administração Pública, INA

2022 / 2023 e 2009 / 2010 – Técnico Superior na Direção-Geral da Administração e Emprego Público

2021 / 2022 e 2015 / 2020 – Diretor do Departamento de Juventude do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP

2020 / 2021 – adido Técnico Principal da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia

Jan / Jun.2021 – Presidente do Grupo de Trabalho Juventude e do Grupo de Trabalho Desporto do Conselho da União Europeia

2016 / 2018 – Perito e Vice-presidente do Grupo de Peritos do Directorate-General for Education and Culture, Bruxelas

2013 / 2015 – Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Cascais

2009 / 2010 e 2015 – Técnico Superior no Ministério da Administração Interna

Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir

Vogal do Conselho de Administração

Formação Académica:

Licenciatura em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão (1999)

Pós-graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (2002)

Programa Executivo de Infraestrutura na Harvard Kennedy School Of Government (2015)

Atividade Profissional:

Desde 2025 – Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da ARKA EUROPE, SA, Portugal

2024 / 2025 – Vice-Presidente do Conselho de Administração & CEO da ARKA EUROPE, SA, Portugal

2023 / 2024 – Head of Capital Services na CLEANWATTS, SA, Lisboa, Portugal

2021 / 2023 – Head of Global Business Development na Mota-Engil Ambiente e Serviços, SGPS

2020 / 2022 – Public Financial Management Senior Advisor, Fiscal Affairs Department (FAD) no Fundo Monetário Internacional

2020 / 2021 – Senior Infrastructure Finance Consultant, Public-Private Advisory Facility no Banco Mundial

2018 / 2019 – Country Head para Espanha & Diretor da Banca de Investimento de Impacto no Banco Atlântico Europa

2012 / 2018 – Diretor de Investimentos da IFC - International Finance Corporation, Brasil

2002 / 2012 – Corporate Finance Associate Diretor e consultor fiscal sénior na KPMG PORTUGAL.

Desde 2022 – Professor de Project Finance (alunos de pós-graduação) na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

2009 / 2012 – Professor de Project Finance (alunos de pós-graduação) no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Vogal do Conselho de Administração (desde

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.

XX Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, CEDIPRE, 2021.

AI Business School AP, Parceria do INA, Ciências UL, ISCTE, ISEG, IST, Nova IMS, Porto Business School e Microsoft.

Atividade Profissional:

Desde 2025 – Vice-presidente do Comité da União Europeia da Associação Internacional de Transportes Públicos (UITP).

Desde 2024 – Presidente do conselho diretivo da AMOLIS - Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa e vogal do conselho de administração da METROCOM, Exploração de Espaços Comerciais, SA.

Desde 2023 – Vogal do conselho de administração da Metropolitano de Lisboa, EPE, e vogal do conselho de administração da FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S. A.

Maio / Agosto.2023 – Técnica Sénior na Transportes Metropolitano de Lisboa, EMT, SA

2022 / 2023 – Coordenadora do Observatório da Mobilidade e dos Transportes

2021 / 2022 – Diretora do Observatório do Ecosistema e da Mobilidade e dos Transportes da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes

2020 / 2021 – Jurista do Observatório do Ecosistema e da Mobilidade e dos Transportes da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes

2019 / 2020 – Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Planeamento

2016 / 2018 – Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

2018 / 2019 – Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade

2015 / 2016 – Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

2015 – Adjunta do Ministro da Economia

2012 / 2015 – Jurista da Secretaria-Geral do Ministério da Economia

2009 / 2012 – Jurista da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

2004 / 2007 – Técnica superior no Gabinete de Assessoria Jurídica e do Contencioso do Hospital Garcia de Orta, E. P. E. e Advogada

Eng.º Bruno Manuel Curto Marques

Vogal do Conselho de Administração

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa (2000).

Master of Business Administration, pela Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa (2008).

Programa de Desenvolvimento de Liderança, Católica Lisbon School of Business & Economics, Universidade Católica Portuguesa, 2018.

Leadership Training Programme, University of South Florida, 1989.

Atividade Profissional:

Desde 2018 – Diretor, líder de Infraestruturas e Instituições Europeias em Consultoria, na ERNST & YOUNG, S. A., com funções de direção, gestão de projetos, gestão de mercados e contas, destacando, entre outros, os seguintes projetos: Consultancy support for EUDA Digital Transformation, Assessment of SIMPLEX+ Programme - Portugal: SRSS/SC2018/002 Lot 1, Assessoria económica e fiscal para estudo e desenho de mecanismo de financiamento público do sistema de transporte público coletivo de passageiros da competência da AML e da TML, Transportes Metropolitano de Lisboa, Harmonização de objetivos intermédios, metas e custos

para todas as componentes do PRR e apresentação de uma solução para implementação de um sistema de monitorização e acompanhamento no âmbito do PRR, Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

2000 / 2017 – Consultor sénior no Grupo SONAE, exerceu funções numa das empresas do Grupo, liderou todo o processo de levantamento de Venture Capital para desenvolvimento de um produto junto do EIT InnoEnergy no CEO Office, gestão de mercados e desenvolvimento de negócio, líder de parcerias e alianças, estratégia de parcerias, desenvolvimento de negócio internacional, consultor de negócio sénior, gestor de projeto de sistemas de informação.

- **CONSELHO FISCAL**

Dr. José Henriques Rodrigues Polaco

Efetivo (Presidente)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Curso FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, Instituto Nacional de Administração Pública – INA (para dirigentes);

Pós-graduação em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental, pela Information Management School, da Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional:

Desde setembro de 1992 – Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), exercendo, entre abril de 2007 e a atualidade, o cargo de Inspetor de Finanças Diretor (centro de competências do controlo financeiro público);

Desde outubro de 2023 – Presidente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, EPE (mandato 2023/2025);

Desde novembro de 2017 – Vogal do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE;

De 2009 a junho de 2017 – Presidente do Conselho de Auditoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (em representação do Ministério das Finanças);

De 2015 a 2017 – perito da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

Outras funções e atividades desenvolvidas:

Membro de júri de concursos na IGF e em entidades públicas externas;

Formador: pós-graduação da Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental - NOVA IMS; várias edições do Curso de Introdução ao Controlo Financeiro, organizado pelo Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração do Estado e o INA; Diploma de especialização em inspeção, auditoria, avaliação e fiscalização, organizado pelo INA; cursos diversos destinados a inspetores da IGF, outras inspeções-gerais e técnicos superiores dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa (ao abrigo de programas de cooperação).

Dr.ª Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho

Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em organização e gestão de empresas, pelo Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa;

Executive Master em Gestão Estratégica de Pessoas e Liderança | ISCTE Executive Education (em curso, previsão de conclusão: julho de 2025);

Curso FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, Instituto Nacional de Administração Pública – INA (para dirigentes);

Pós-graduação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Gestão.

Atividade Profissional:

Desde 2013 - Chefe da Divisão de Gestão e Recuperação de Créditos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

2001 / 2013 - Chefe da Divisão de Gestão de Créditos e Coordenadora do Núcleo de Gestão de Créditos da DGTF;

1996 / 2001 - Técnica superior da Direção-Geral do Tesouro (atual DGTF), na Divisão de Operações Ativas do Estado;

1992 / 1996 - Técnica superior do Instituto Português da Qualidade no Gabinete de Apoios Comunitários;

Desde outubro de 2023 - Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, EPE (mandato 2023/2025);

Agosto.2008 / novembro.2023 - Presidente do Conselho Fiscal da Transtejo – Transportes Tejo, SA;

Desde outubro de 2022 - Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA;

Julho.2019 / junho.2022 - Secretária da Mesa da Assembleia Geral da MOBI.E, SA;

Setembro.2018 / maio.2022 - Vogal suplente do Conselho Fiscal da Parques de Sintra – Monte da Lua, SA.

Outras funções e atividades desenvolvidas:

Orientadora e Formadora, no âmbito de cursos de formação para ingresso na carreira de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças.

Membro de júri em processos de recrutamento na DGTF.

Membro de diversas Comissões de Credores e Órgãos de Fiscalização, em representação do credor Estado/DGTF, no âmbito de processos especiais de recuperação de empresas e de falência e de processos de insolvência

Inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados (Membro nº 19349).

Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Pós-graduação em Direito do Setor Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016)

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (1995).

Atividade Profissional:

Desde janeiro.2017 – Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, EPE;

Desde dezembro.2013 – Quadro Técnica Superior da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a desempenhar funções técnicas na Direção de Serviços de Participações do Estado.

Atividade Profissional anterior:

2002 / 2013 – Técnica Superior da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tendo desempenhado funções na Direção de Serviços de Regularizações Financeiras;

2001 / 2002 – Técnica Superior do quadro da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tendo desempenhado funções na Direção de Serviços Financeiros;

1999 / 2000 – Técnica Superior do quadro do Hospital de São Bernardo (Setúbal), tendo desempenhado funções de assessoria à Administração Hospitalar na área financeira;

1995 / 1998 – Técnica Superior do quadro do INFARMED, tendo desempenhado funções de apoio técnico na Direção de Serviços Financeiros.

Formação profissional especializada:

A administração e a fiscalização de sociedades anónimas, Abreu Advogados (2016);

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, ISCTE (2016);

Os novos regimes dos Fundos de investimento e do Capital de Risco, Almedina (2015);

O Sistema de Normalização Contabilística, cegoc (2014);

Curso de Auditoria Financeira, cegoc (2014);

Inglês “Upper Intermediate”, DGTF (2011-2013).

Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos

Suplente (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, ISCAA – Universidade de Aveiro;

Bacharelato em Contabilidade e Administração, ISCAA – Universidade de Aveiro;

Pós-graduação em Gestão Financeira no Sector Público, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;

Curso de Estudos Especializados em Auditoria Contabilística, ISCAA - Universidade de Aveiro.

Atividade Profissional atual:

Desde maio.2000 – Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Desde fevereiro.2013 – Representante da DGTF no Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CNC);

Desde março.2013 – Vogal do Conselho Fiscal da EDIA, SA;

Desde julho.2022 – Vogal Suplente do Conselho de Fiscal da Sociedade Parparticipadas, SGPS, SA;

Desde outubro.2023 – Vogal Suplente do Conselho de Fiscal da Sociedade Metropolitano de Lisboa, EPE.

Outras funções e atividades desenvolvidas:

2007 / 2009 – Técnico analista de risco de crédito e de controlo financeiro na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE;

2014 / 2019 – Chefe de Divisão de Bonificações e Apoios Internacionais da DGTF;

2015 / 2019 – Vogal do Conselho Fiscal da Comboios de Portugal, EPE;

2019 / 2021 – Representante da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) na Estrutura de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho (EAAD) das Entidades Públicas Empresariais do sector da Saúde.

Membro do Grupo de Trabalho, em representação da DGTF, sobre o controlo dos impactos financeiros do PPTH e do PREDE nos municípios.

- **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Dr. João Amaro Santos Cipriano (ROC nº 631)

ROC efetivo. Representante da João Cipriano & Associados, SROC, Lda. (SROC nº 119)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Master em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pelo IDIA/UAL

Atividade Profissional:

Presidente da Comissão de Estágio da OROC

Membro da Comissão de Normalização Contabilística (2005 a 2012)

Docente Universitário

Ex-Inspector de Finanças da IGF

Fonte: <https://www.acauditores.pt/socios.php?menu=10&pag=15>

Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André (ROC nº 779)

ROC suplente. Representante da Baker Tilly, PG & Associado, Lda. (SROC nº 235)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia (1997) pela Universidade Católica Portuguesa

ROC (Portugal – 1997 / Moçambique – 2015)

Pós-graduação em Gestão Estratégica (2000) pela Universidade Católica Portuguesa

Atividade Profissional:

Desde 2009 – Managing Partner na Baker Tilly

2002 / 2009 – Audit Partner na Deloitte

1987 / 2009 – Arthur Anderson

Membro do Conselho Fiscal de várias empresas: TAP – SGPS; TAP, SA; Cateringpor, SA; Generis, SA; Associação Industrial Portuguesa (AIP); Santander Assets Management (SAM); Financeira El Corte Inglés; Parpublica (Membro Suplente)

Outras funções e atividades profissionais:

Auditora de demonstrações financeiras de companhias de aviação: Grupo TAP (1987/1999); Grupo SATA Air Açores; LAR; Portugalia; LAM; TACV; Tarom Air Romania; Sonangol Aeronautica; Heliportugal

Perito contabilista e financeiro, assistindo clientes em Tribunais Comuns e Tribunais Arbitrais

Desenho de Manuais de Controlo Interno

Monitoring Trustee (mandatos de Reguladores Nacionais e da Comunidade Europeia)

Revisões de Compliance, em players líderes de mercado (ERSE; AdC; Anacom; Tribunal de Contas; Fundo de Resolução/Ministério das Finanças)

Auditorias de Gestão e de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Fusões e Cisões de sociedades e negócios

Professor convidado da Universidade Autónoma – Mestrado Auditoria Operacional

Co-Autor do Livro “Gestão Desportiva”

Autor de artigos técnicos em Publicações (Jornais / Revistas) especializadas na área económica e financeira

Fontes: https://www.sporting.pt/incscp/pdf/investor_relations/ir_cv_paulogalvaoandre.pdf

<https://www.tapairportugal.com/pt/-/media/Institucional/PDFs/Relatorios/2023/RSG-TAP-2024-PT-A4-WEB.pdf?la=pt-PT&hash=373E89DA432D161FA3229554D2468AFDD40ED301>

Data de atualização: 30.01.2026

Fontes: Relatório de Governo Societário 2024 (*versão aprovada em reunião do CA de 27.06.2025*); Relatório Consolidado 2024 (*versão não conforme com ESEF de 27.06.2025*)